



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17912 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT05 - Estado e Política Educacional

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E O PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO DURANTE A PANDEMIA: DESAFIOS E ADAPTAÇÕES NO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL

Beatriz dos Santos Pinheiro Cangussu - UESB - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

Ennia Debora Passos Braga Pires - UESB - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

Rebeca Bispo Oliveira - UESB - UNIVERSIDADE ESTADUAL SUDOESTE BAHIA

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E O PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO DURANTE A PANDEMIA: DESAFIOS E ADAPTAÇÕES NO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL

1 INTRODUÇÃO

A pandemia de Covid-19, provocada pelo vírus SARS-CoV-2, que se iniciou em 2020, desencadeou uma crise significativa no sistema educacional brasileiro, evidenciando e ampliando desigualdades estruturais preexistentes. Diante deste cenário, tanto o governo federal quanto os estados brasileiros implementaram políticas públicas emergenciais, como o Ensino Remoto Emergencial (ERE) e a distribuição de materiais didáticos, com o objetivo de garantir a continuidade da educação, especialmente a educação formal das escolas públicas. Nesse contexto, os coordenadores pedagógicos tornaram-se figuras centrais na adaptação dessas diretrizes às realidades específicas das escolas, assumindo um papel fundamental na organização e execução dessas políticas. Este estudo explora as políticas públicas educacionais relacionadas ao ensino remoto durante a pandemia e o papel fundamental desempenhado pelos coordenadores pedagógicos, com ênfase

nos desafios enfrentados e nas estratégias adotadas para assegurar a continuidade do ensino.

Este trabalho, vinculado à pesquisa monográfica de conclusão do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), *campus* de Itapetinga, aborda a seguinte questão central: como os coordenadores pedagógicos das escolas públicas brasileiras adaptaram e implementaram as políticas públicas educacionais durante a pandemia de Covid-19? Os objetivos incluem: a) Analisar criticamente as políticas educacionais implementadas durante a pandemia; b) Investigar o papel dos coordenadores pedagógicos na adaptação dessas políticas ao ambiente escolar; c) Discutir os principais desafios enfrentados e as estratégias desenvolvidas para garantir a continuidade do ensino.

Metodologicamente, o estudo se apoia em uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória, utilizando entrevistas semiestruturadas com três coordenadoras pedagógicas da rede municipal de Itapetinga, na Bahia, como principal fonte de dados. A escolha do delineamento exploratório se justifica pela necessidade de uma análise detalhada das experiências vividas pelas participantes, com o objetivo de gerar novas compreensões sobre o fenômeno estudado.

As participantes foram selecionadas por meio de amostragem intencional, considerando coordenadoras pedagógicas atuantes nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da rede municipal de Itapetinga, devido à sua experiência direta na implementação do ensino remoto emergencial durante a pandemia. Para garantir a confidencialidade, foram utilizados pseudônimos: Vivian, Renata e Marcela. Cada uma delas possui ampla experiência no campo da educação, com formações e pós-graduações que enriqueceram a análise crítica de suas percepções e vivências durante o período pandêmico.

A coleta de dados foi realizada por meio de questionários abertos distribuídos via Google Formulários e WhatsApp, escolha esta que se mostrou prática e necessária para respeitar o distanciamento social imposto pela pandemia. Os questionários continham seis perguntas abrangendo os desafios, adaptações e estratégias utilizadas pelos coordenadores pedagógicos para superar as dificuldades do ERE. As perguntas do questionário foram elaboradas para captar as experiências das coordenadoras em relação a três áreas principais: 1) Dificuldades encontradas durante o ensino remoto emergencial; 2) Contribuições da coordenação pedagógica junto aos docentes; 3) Acompanhamento realizado com os alunos e suas famílias.

A análise de dados foi conduzida inspirada na técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (1977), que incluiu as etapas de pré-análise, exploração do

material, e tratamento dos resultados. Na pré-análise, os dados foram organizados e categorizados para facilitar a exploração temática. Em seguida, durante a exploração do material, os dados foram codificados e agrupados em categorias temáticas que emergiram diretamente das respostas das participantes. Por fim, o tratamento dos resultados envolveu a interpretação dos dados à luz da literatura científica, com o objetivo de identificar padrões, convergências e divergências nas experiências relatadas.

O texto está organizado da seguinte forma: a introdução apresenta a contextualização, o problema, os objetivos e a metodologia do estudo; o desenvolvimento aprofunda a discussão teórica do tema e a análise dos dados empíricos; e, por fim, as considerações finais sintetizam os principais achados do estudo e sugerem implicações para futuras políticas públicas.

2 DESENVOLVIMENTO

As políticas públicas educacionais precisaram ser rapidamente adaptadas para enfrentar os desafios impostos pela pandemia. Em resposta à Portaria n.º 343 de 17 de março de 2020 do Ministério da Educação (MEC), que determinou a substituição das aulas presenciais por atividades remotas, houve uma reorganização significativa nas práticas pedagógicas e administrativas das instituições de ensino. Essas mudanças impactaram diretamente o trabalho dos coordenadores pedagógicos, que assumiram a responsabilidade de mediar a transição para o ensino remoto, capacitar os professores no uso das novas tecnologias e garantir o acesso dos alunos às atividades educacionais.

Estudos realizados por Ferraz, Ferreira e Ferraz (2021) indicam que a educação durante a pandemia exigiu dos coordenadores pedagógicos um esforço considerável para lidar com as novas demandas tecnológicas e emocionais tanto de educadores quanto de alunos. As autoras ressaltam a necessidade urgente de formação continuada dos professores no uso das tecnologias digitais, uma responsabilidade que recaiu principalmente sobre os coordenadores.

Os desafios enfrentados pelos coordenadores pedagógicos no ensino remoto emergencial foram diversos, incluindo a falta de infraestrutura tecnológica adequada nas escolas e nas residências dos alunos, a resistência de alguns professores ao uso de novas ferramentas digitais e a dificuldade em manter o engajamento dos estudantes em um ambiente de aprendizagem virtual.

Dentre as principais dificuldades relatadas, destaca-se a falta de familiaridade dos professores com as plataformas digitais e o acesso limitado à internet por parte dos alunos. Além disso, a sobrecarga emocional causada pela

pandemia teve um impacto significativo no desempenho dos educadores, dificultando a implementação eficaz do ensino remoto.

Para superar esses obstáculos, os coordenadores pedagógicos adotaram diversas estratégias, como a realização de formações continuadas em serviço, o uso de plataformas digitais para manter o contato com professores e alunos, e a distribuição de materiais impressos para estudantes sem acesso à internet. Essas ações foram essenciais para garantir a continuidade do processo de ensino-aprendizagem durante o período de isolamento social.

O trabalho coletivo foi uma estratégia chave para enfrentar as dificuldades impostas pela pandemia. A colaboração entre coordenadores, professores e gestores escolares foi fundamental para adaptar as práticas pedagógicas às novas exigências do ensino remoto. Os coordenadores pedagógicos desempenharam um papel central na operacionalização dessas políticas públicas, adaptando as diretrizes gerais emitidas pelo governo federal e pelos estados às realidades específicas de cada escola. Além de organizar capacitações para professores, muitas vezes sem recursos adequados, eles também criaram materiais didáticos que atendiam às necessidades dos alunos em formato virtual. Também desenvolveram estratégias para monitorar o progresso dos alunos, garantindo que o ensino continuasse mesmo diante das inúmeras dificuldades.

A falta de habilidades tecnológicas por parte dos professores foi um dos principais problemas enfrentados. Como relatou Vivian (entrevista, 2021), “a contribuição para que o ensino remoto acontecesse em relação aos docentes foi, primeiro, convencer esse professor de que precisaríamos aprender novas tecnologias e tornar esse conhecimento possível”. Essa dificuldade foi amplamente documentada na literatura, como nos estudos de Rondini, Pedro e Duarte (2020), que destacam a insuficiência de formação tecnológica entre os docentes e a necessidade urgente de capacitação para o uso eficaz das plataformas digitais.

Outro grande desafio foi a falta de infraestrutura adequada, tanto nas escolas quanto nas residências dos alunos e professores. A dificuldade de acesso à internet de qualidade foi um obstáculo significativo, com muitos alunos e professores dependendo de dispositivos móveis com conectividade limitada. Marcela exemplifica essa situação ao relatar:

Aqueles alunos que não tinham condições de acessar pela internet ficavam pegando as atividades impressas na escola uma vez por semana no dia de quarta-feira, para todos os alunos que não conseguiram ter acesso e não tinham celular eram disponibilizadas as atividades impressas (Marcela, entrevista, 2021).

Esse relato ilustra a desigualdade no acesso às tecnologias digitais, um problema também abordado por Medeiros (2021), que aponta a pobreza digital

como um fator que agrava a exclusão educacional. Para a autora, a questão da desigualdade no acesso às tecnologias digitais é, também, uma manifestação de exclusão social ampliada pela falta de acesso e letramento digital. As tecnologias, embora possam promover a inclusão, também reforçam as desigualdades existentes ao marginalizar aqueles que não têm acesso a essas ferramentas. A inclusão digital efetiva depende de ações que vão além do mero acesso a dispositivos; é necessário que essas ações estejam acompanhadas de uma inclusão social que permita o verdadeiro protagonismo dos indivíduos na sociedade. Sem essa articulação, as iniciativas de inclusão digital podem resultar em uma inclusão superficial, sem resolver as profundas disparidades sociais (Medeiros, 2021).

Esses desafios expõem a fragilidade do sistema educacional brasileiro no que diz respeito à equidade no acesso às novas tecnologias. Mesmo com o esforço dos coordenadores pedagógicos para mitigar esses problemas, as limitações estruturais e sociais continuaram a ser barreiras ao sucesso do ensino remoto.

O trabalho das coordenadoras pedagógicas foi importante para o apoio e a formação contínua dos professores durante o ensino remoto emergencial. A necessidade de transformar o conhecimento pedagógico em práticas adequadas ao ambiente digital foi um desafio imenso, que exigiu dos coordenadores uma abordagem colaborativa e integradora.

Marcela (entrevista, 2021) destacou a importância do trabalho coletivo, afirmando que “a maneira como pude contribuir com os docentes foi no momento do planejamento. Mesmo remotamente, toda sexta-feira, mantivemos nossos encontros pela plataforma, através de chamada de vídeo”. Esse esforço para manter o planejamento colaborativo é essencial, conforme discutido por Libâneo (2001), que enfatiza a importância do coordenador pedagógico na integração e articulação do trabalho pedagógico.

Além disso, a necessidade de desenvolver novas estratégias pedagógicas adaptadas ao ensino remoto levou as coordenadoras a se envolverem diretamente no processo de criação e avaliação das atividades. De acordo com os relatos de Renata (entrevista, 2021), torna-se relevante, então, colocar-se no lugar do professor, pesquisar e encontrar maneiras de realizar as atividades remotas. Essa atitude proativa foi fundamental para assegurar que o ensino, embora remoto, continuasse a ser significativo e eficaz.

Outro aspecto central do trabalho dos coordenadores pedagógicos durante a pandemia foi o acompanhamento dos alunos e suas famílias. A relação entre a escola e a família, que já era um desafio no ensino presencial, tornou-se ainda mais complexa no contexto do ensino remoto. Vivian (entrevista, 2021) destacou

que “o acompanhamento dos alunos e familiares também foi muito difícil, porque, além de todos os problemas citados, os pais dos alunos de escola pública não têm muito conhecimento, tornando mais difícil o acompanhamento dos alunos”.

Esse desafio reflete a desigualdade social e educacional que caracteriza o sistema de ensino no Brasil. Famílias de baixa renda e com menor nível de escolaridade enfrentaram dificuldades adicionais para apoiar seus filhos no ambiente remoto, o que agravou a evasão escolar e a defasagem de aprendizagem. Estudos como os de Dessen e Polônia (2007) corroboram essa dificuldade, apontando que a falta de envolvimento parental está associada a um desempenho escolar inferior.

As coordenadoras tentaram mitigar esses efeitos por meio de uma busca ativa para envolver as famílias no processo educativo, mas encontraram resistência por parte de algumas. Marcela (entrevista, 2021) observou que “houve também aquelas famílias que não deram muito crédito, não valorizaram e deixaram acontecer de qualquer forma”. Essas falhas na comunicação e colaboração entre escola e família foram identificadas como barreiras significativas para o sucesso do ensino remoto.

Apesar dos desafios, o ensino remoto emergencial trouxe aprendizados valiosos que podem transformar a prática pedagógica no futuro. Renata (entrevista, 2021) refletiu que “foi tão satisfatório que os alunos que participaram das aulas online não estão tendo dificuldades nesse processo de retorno às aulas semipresenciais”. Essa observação sugere uma resiliência desenvolvida tanto por professores quanto por alunos, que pode ser um legado positivo da pandemia.

O uso de tecnologias digitais, inicialmente visto como uma barreira, acabou se tornando uma ferramenta essencial e promissora para a inovação pedagógica. No entanto, como apontado por Máximo (2024), é necessário um contínuo investimento em formação tecnológica para que esses recursos sejam plenamente integrados ao processo educativo.

A pesquisa também evidenciou a importância das políticas públicas voltadas para a distribuição de materiais didáticos e apoio às escolas durante a pandemia. Os coordenadores tiveram que trabalhar em estreita colaboração com as secretarias de educação para garantir que os recursos chegassem a tempo e fossem utilizados de maneira eficaz. Essa colaboração foi fundamental para minimizar os impactos negativos da pandemia na educação e para assegurar que todos os alunos tivessem a oportunidade de continuar seus estudos.

Além das dificuldades técnicas e logísticas, os coordenadores pedagógicos também enfrentaram desafios emocionais e psicológicos. A necessidade de reinventar o processo educacional em um curto espaço de tempo gerou estresse e

desgaste significativo entre os profissionais da educação. No entanto, o apoio e a liderança dos coordenadores foram cruciais para manter o moral elevado e garantir que a missão educacional continuasse a ser cumprida.

Em suma, como dissemos, o período do ERE representou um grande desafio para o sistema educacional brasileiro. Os coordenadores pedagógicos, que atuaram como mediadores entre as diretrizes governamentais e a realidade das escolas, enfrentaram limitações de diversas ordens como tecnológicas, resistências culturais e desigualdades sociais. Suas estratégias de capacitação contínua dos professores, apoio emocional e envolvimento das famílias foram importantes para a continuidade do ensino. Apesar das adversidades, as lições aprendidas nesse período revelam não apenas as fragilidades do sistema educacional, mas também as potencialidades do trabalho colaborativo e do uso de tecnologias digitais para transformar e inovar as práticas pedagógicas futuras.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo explorou o papel dos coordenadores pedagógicos durante a pandemia de Covid-19, destacando os desafios enfrentados e as estratégias adotadas para a implementação do ensino remoto emergencial. A pesquisa demonstrou que, apesar das dificuldades significativas, como a falta de infraestrutura tecnológica e a resistência ao uso de novas ferramentas digitais, os coordenadores desempenharam um papel central na mediação do processo educativo.

O trabalho colaborativo entre coordenadores, professores e famílias foi fundamental para mitigar os impactos negativos da pandemia na educação. As ações de suporte, formação continuada e acompanhamento das atividades pedagógicas foram essenciais para garantir que o ensino, mesmo em um formato emergencial e remoto, pudesse continuar de forma significativa.

O estudo também revelou que a pandemia trouxe à tona a necessidade de repensar as práticas pedagógicas e a estrutura educacional no Brasil, evidenciando as desigualdades sociais que afetam o acesso à educação de qualidade. A experiência do ensino remoto emergencial deve ser vista como uma oportunidade para refletir sobre a importância da equidade no acesso às tecnologias educacionais e para promover políticas públicas que garantam um ensino inclusivo e adaptado às novas realidades.

Em conclusão, a atuação dos coordenadores pedagógicos durante a pandemia reforça a importância de um planejamento educacional que valorize a formação contínua dos educadores e promova a colaboração entre todos os atores

envolvidos no processo educativo.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n.º 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. **Diário Oficial da União**, edição 53, seção 1, p. 39, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 8 ago. 2024.

DESSEN, M. A.; POLÔNIA, A. C. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paideia (Ribeirão Preto)**, v. 17, n. 36, p. 21-32, jan./abr. 2007. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2007000100003>.

FERRAZ, R. C. S. N.; FERREIRA, L. G.; FERRAZ, R. D. Educação em tempos de pandemia: consequências do enfrentamento e (re)aprendizagem do ato de ensinar. **Revista Cocar**, Pará, n. 9, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/4126>. Acesso em: 8 ago. 2024.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2001.

MÁXIMO, M. E. Tecnologia e educação: reflexões a partir de uma etnografia sobre experiências com o ensino remoto na pandemia. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 30, n. 68, e680405, jan./abr. 2024. <https://doi.org/10.1590/1806-9983e680405>.

MEDEIROS, I. S. O ciclo da inclusão digital: social-digital-social. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.8, p.75705-75714 aug. 2021. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/33721>. Acesso em: 8 ago. 2024.

RONDINI, C. A.; PEDRO, K. M.; DUARTE, C. S. Pandemia do covid-19 e o ensino remoto emergencial: mudanças na práxis docente. **Interfaces Científicas - Educação**, v. 10, n. 1, p. 41–57, 2020. <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2020v10n1p41-57>.

SANTOS, M. S. O trabalho do coordenador pedagógico em tempos de pandemia: relatos de uma articuladora sobre atividades remotas. **Integra EAD**, v. 2, n. 1, p. 4-7, 2020.